

estudos e pesquisas

Nº 111 – outubro de 2025

Balanço das Greves de 2024

Balanço das Greves de 2024

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – apresenta, neste estudo, um panorama das greves ocorridas no Brasil em 2024, identificando suas principais características.

Os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), que reúne informações sobre as mobilizações realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 45 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

Principais indicadores das greves

Greves e horas paradas

Em 2024, o SAG-DIEESE registrou 880 greves, que contabilizaram mais de 35 mil horas paradas. Os trabalhadores da esfera privada promoveram metade (50%) dessas mobilizações. A maior parte das horas paradas (64%), no entanto, relaciona-se às greves deflagradas no funcionalismo público.

TABELA 1
Greves e horas paradas – Brasil, 2024

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	438	49,8	24.732	69,8
<i>Funcionalismo Público</i>	392	44,5	22.685	64,1
<i>Empresas Estatais</i>	46	5,2	2.047	5,8
Esfera Privada	440	50,0	10.656	30,1
Esfera Pública e Privada ¹	2	0,2	28	0,1
Total	880	100	35.416	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Duração

Em 2024, 64% das greves encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas. Entre as mobilizações que mais se alongaram, 8% duraram mais de 10 dias.

TABELA 2
Distribuição das greves por duração – Brasil, 2024

Dias de paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	560	63,6	63,6
2 a 5	181	20,6	84,2
6 a 10	67	7,6	91,8
11 a 20	36	4,1	95,9
21 a 30	14	1,6	97,5
31 a 40	2	0,2	97,7
41 a 50	6	0,7	98,4
51 a 60	0	0,0	98,4
61 a 70	3	0,3	98,8
71 a 80	1	0,1	98,9
81 a 90	1	0,1	99,0
91 a 100	1	0,1	99,1
Mais de 100	8	0,9	100,0
Total	880	100	-

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) dias corridos

Greves de advertência

Greves de advertência são mobilizações que têm como plano o anúncio antecipado de seu tempo de duração. Costumam alongar-se em intervalos que vão de algumas horas (atrasos no início da jornada) a alguns dias. Os movimentos dos trabalhadores em 2024 estiveram divididos entre as greves de advertência (49%) e as greves por tempo indeterminado (47%).

TABELA 3
Tática das greves – Brasil, 2024

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	435	49,4
Tempo indeterminado	411	46,7
Sem informação	34	3,9
Total	880	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Abrangência

Movimentos que abrangeram categorias profissionais inteiras (37%) foram menos frequentes que aqueles deflagrados isoladamente (63%) por empresas (privadas ou estatais) ou unidades (do funcionalismo público).

TABELA 4
Abrangência das greves – Brasil, 2024

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	328	37,3
Empresa/unidade ⁽¹⁾	552	62,7
Total	880	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que ocorrem no serviço público e que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Caráter das greves

Para cada greve, o conjunto das reivindicações dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com o caráter que apresenta.

Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter *propositivo*.

As greves denominadas *defensivas* caracterizam-se pela defesa de condições de trabalho, de saúde e de segurança. Também se posicionam contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação.

Por fim, aquelas que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves em *protesto*. E ações em apoio a greves de trabalhadores de outra categoria, como greves em *solidariedade*.

Itens de caráter defensivo estiveram presentes na pauta de reivindicações de 80% das greves, sendo que metade (50%) referia-se à manutenção de condições vigentes. A denúncia de descumprimento de direitos também teve participação importante (45%).

TABELA 5
Caráter das greves – Brasil, 2024

Caráter	Greves (880)	
	nº	%
Propositivas	402	45,7
Defensivas	706	80,2
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	437	49,7
<i>Descumprimento de direitos</i>	399	45,3
Protesto	172	19,5
Solidariedade	3	0,3

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

O reajuste salarial (37%) esteve presente em uma grande parte das greves. Outras reivindicações significativas incluíram melhores condições de trabalho (25%), pagamento de salários em atraso (24%) e questões relacionadas à alimentação (21%).

TABELA 6
Principais reivindicações das greves – Brasil, 2024

Reivindicação	Greves (880)	
	nº	%
Reajuste salarial	323	36,7
Condições de trabalho	222	25,2
Pagamento de salários em atraso	210	23,9
Alimentação	189	21,5
PCS - Plano de Cargos e Salários	141	16,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Em 256 registros de greves (29% do total) há informações sobre os meios adotados para a resolução dos conflitos. Na maior parte dos casos (81%) foram abertas negociações – diretamente ou com mediação. Em 36% desses registros houve algum tipo de envolvimento do poder Judiciário.

TABELA 7
Formas de resolução dos conflitos – Brasil, 2024

Formas de resolução	Greves (256)	
	nº	%
Negociação	208	81,3
Intervenção/participação da Justiça ¹	91	35,5
<i>Decisão judicial</i>	71	27,7
<i>Acordo judicial</i>	19	7,4
<i>Sem informação</i>	12	4,7

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que, em uma mesma greve, o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro.

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 256 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Em 245 registros de greves (28% do total) há informações a respeito do modo como foram encerradas. Na maioria dos casos (73%) houve algum êxito no atendimento das reivindicações.

TABELA 8
Resultados das greves – Brasil, 2024

Resultado	Greves (245)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	180	73,5
<i>Integral</i>	59	24,1
<i>Parcial</i>	121	49,4
Rejeição das reivindicações	20	8,2
Prosseguimento das negociações	72	29,4

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 245 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado, dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado

Greves no funcionalismo público

Greves e horas paradas

Em 2024, o SAG-DIEESE registrou 392 greves ocorridas nos três níveis da administração pública. Juntas, essas mobilizações contabilizaram quase 23 mil horas paradas. Os funcionários públicos municipais deflagraram um pouco mais da metade dessas paralisações (52%). No entanto, as greves do funcionalismo federal representaram a maior parcela (43%) do total de horas paradas.

TABELA 9
**Greves e horas paradas no funcionalismo público,
por nível administrativo – Brasil, 2024**

Nível administrativo	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Federal	43	11,0	9.786	43,1
Estadual	140	35,7	6.092	26,9
Municipal	204	52,0	6.767	29,8
Multinível	5	1,3	40	0,2
Total	392	100	22.685	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Duração

Em 2024, mais da metade das greves realizadas pelo funcionalismo público (63%) encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas. Entre as mobilizações que mais se alongaram, 11% duraram mais de 10 dias.

TABELA 10
Distribuição das greves no funcionalismo público por duração
Brasil, 2024

Dias de paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	245	62,5	62,5
2 a 5	76	19,4	81,9
6 a 10	26	6,6	88,5
11 a 20	19	4,8	93,4
21 a 30	8	2,0	95,4
31 a 40	1	0,3	95,7
41 a 50	5	1,3	96,9
51 a 60	0	0,0	96,9
61 a 70	3	0,8	97,7
71 a 80	1	0,3	98,0
81 a 90	1	0,3	98,2
91 a 100	0	0,0	98,2
Mais de 100	7	1,8	100,0
Total	392	100	-

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) dias corridos

Greves de advertência

A grande maioria das mobilizações ocorridas no funcionalismo público foram paralisações de advertência (71%).

TABELA 11
Tática das greves do funcionalismo público – Brasil, 2024

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	279	71,2
Tempo indeterminado	104	26,5
Sem informação	9	2,3
Total	392	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Abrangência

Movimentos organizados no âmbito da categoria foram preponderantes (74%).

TABELA 12
Abrangência das greves do funcionalismo público – Brasil, 2024

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	292	74,5
Empresa/unidade ¹	100	25,5
Total	392	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Caráter das greves

A maior parte das greves registradas no funcionalismo público combinou reivindicações de caráter defensivo – presentes em 75% das pautas – e de caráter propositivo – em 67%.

Na pauta defensiva, os itens classificados como prevenção contra a deterioração de condições vigentes foram mais frequentes (55%) que aqueles classificados como denúncia de descumprimento de direitos (34%).

TABELA 13
Caráter das greves no funcionalismo público – Brasil, 2024

Caráter	Greves (392)	
	nº	%
Propositivas	264	67,3
Defensivas	295	75,3
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	217	55,4
<i>Descumprimento de direitos</i>	136	34,7
Protesto	150	38,3
Solidariedade	1	0,3

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

O reajuste dos salários (55%) foi a reivindicação mais recorrente. Em seguida, com destaque, vêm as demandas referentes à melhoria das condições de trabalho (38%) e da qualidade da prestação dos serviços públicos (34%) – além das reivindicações relacionadas ao Plano de Cargos e Salários (34%).

TABELA 14
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público – Brasil, 2024

Reivindicação	Greves (392)	
	nº	%
Reajuste salarial	216	55,1
Condições de trabalho	147	37,5
Melhoria nos serviços públicos	132	33,7
PCS - Plano de Cargos e Salários	132	33,7
Contra o governo	105	26,8
Piso salarial	84	21,4
Contratação	71	18,1
Local de trabalho	61	15,6

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Análises setoriais das greves no funcionalismo público

Funcionalismo público federal

Em 2024, das 43 greves cadastradas no funcionalismo público federal, 38 foram deflagradas no Poder Executivo e cinco no Judiciário Federal. No Executivo, as mobilizações na Educação tiveram relevo – em dez ocasiões professores e técnico-administrativos em instituições de ensino técnico ou superior paralisaram suas atividades. Grande parte dessas greves agrupou, em suas pautas, itens de caráter propositivo (74%) ao lado de itens de caráter defensivo (67%).

TABELA 15

Caráter das greves do funcionalismo público federal – Brasil, 2024

Caráter	Greves (43)	
	nº	nº
Propositivas	32	74,4
Defensivas	29	67,4
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	25	58,1
<i>Descumprimento de direitos</i>	6	14,0
Protesto	14	32,6
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Itens relacionados ao Plano de Cargos e Salários (67%), juntamente com o reajuste salarial (63%), estiveram presentes em mais da metade das mobilizações dos servidores federais. Em um terço das greves (33%) a demanda por melhores condições de trabalho também foi mencionada.

TABELA 16

Principais reivindicações das greves no funcionalismo público federal – Brasil, 2024

Reivindicação	Greves (43)	
	nº	%
PCS - Plano de Cargos e Salários	29	67,4
Reajuste salarial	27	62,8
Condições de trabalho	14	32,6
Melhoria nos serviços públicos	12	27,9
Contratação	9	20,9
Regulamentação de função	7	16,3

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público estadual

Das 140 greves observadas no funcionalismo público estadual, 137 foram deflagradas no Poder Executivo e três ocorreram nos Tribunais de Justiça.

Na Educação, professores e profissionais técnico-administrativos, do ensino básico ao superior, conduziram 73 mobilizações.

A maioria das greves do funcionalismo público estadual trouxe em suas pautas tanto reivindicações de caráter propositivo (79%) quanto de caráter defensivo (70%).

TABELA 17

Caráter das greves no funcionalismo público estadual - Brasil, 2024

Caráter	Greves (140)	
	nº	%
Propositivas	111	79,3
Defensivas	98	70,0
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	92	65,7
<i>Descumprimento de direitos</i>	24	17,1
Protesto	71	50,7
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

O reajuste dos salários esteve presente na grande maioria das greves (66%). Itens relacionados às condições de trabalho (46%), à qualidade da prestação do serviço público (45%) vieram a seguir – juntamente com os protestos políticos contra o governo (41%).

TABELA 18

Principais reivindicações das greves no funcionalismo público estadual - Brasil, 2024

Reivindicação	Greves (140)	
	nº	%
Reajuste salarial	92	65,7
Condições de trabalho	65	46,4
Melhoria nos serviços públicos	63	45,0
Contra o governo	58	41,4
PCS - Plano de Cargos e Salários	50	35,7
Contratação	34	24,3
Local de trabalho	31	22,1
Piso salarial	24	17,1

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público municipal

Das 204 greves registradas entre os funcionários públicos municipais, 108 foram deflagradas por professores e técnico-administrativos, na educação infantil e no ensino fundamental. O setor da saúde municipal registrou 44 greves, enquanto a segurança pública contabilizou 3. Outras pastas municipais somaram 49 movimentos grevistas.

Destaca-se, na pauta do funcionalismo público municipal, seu expressivo caráter defensivo (80%).

TABELA 19

Caráter das greves no funcionalismo público municipal – Brasil, 2024

Caráter	Greves (204)	
	nº	%
Propositivas	118	57,8
Defensivas	164	80,4
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	97	47,5
<i>Descumprimento de direitos</i>	104	51,0
Protesto	62	30,4
Solidariedade	1	0,5

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Quase metade das greves (47%) apresentou reivindicações por reajuste salarial e praticamente um terço (32%), reivindicações por melhorias nas condições de trabalho. Outros itens, como o pagamento do pisos salariais (28%), a qualidade do serviço público prestado (26%) e as questões relacionadas ao Plano de Cargos e Salários (25%), apareceram em proporções também relevantes.

TABELA 20
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público municipal – Brasil, 2024

Reivindicação	Greves (204)	
	nº	%
Reajuste salarial	96	47,1
Condições de trabalho	66	32,4
Piso salarial	57	27,9
Melhorias no serviço público	54	26,5
PCS - Plano de Cargos e Salários	51	25,0
Contra o governo	40	19,6

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves nas empresas estatais

Greves e horas paradas

Em 2024, o SAG-DIEESE cadastrou 46 greves, que paralisaram por duas mil horas as atividades nas empresas estatais. Os trabalhadores do setor de serviços deflagraram a maioria dessas mobilizações (67%) – o que, em horas paradas, equivale a uma participação de 80%.

TABELA 21
Greves e horas paradas nas empresas estatais, por setor – Brasil, 2024

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Indústria	15	32,6	402	19,6
Serviços	31	67,4	1.645	80,4
Total	46	100	2.047	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Duração

Nas empresas estatais, mais da metade (57%) das greves encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas. Entre as mobilizações que mais se alongaram, 9% duraram mais de 10 dias.

TABELA 22
Distribuição das greves nas empresas estatais segundo a duração dos movimentos
Brasil, 2023

Dias de paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	26	56,5	56,5
2 a 5	8	17,4	73,9
6 a 10	8	17,4	91,3
11 a 20	3	6,5	97,8
21 a 30	0	0,0	97,8
Mais de 31	1	2,2	100,0
Total	46	100	-

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Dias corridos

Greves de advertência

As mobilizações realizadas pelos trabalhadores de empresas estatais praticamente dividiram-se em greves por tempo indeterminado (48%) e greves de advertência (46%).

TABELA 23
Tática das greves nas empresas estatais – Brasil, 2024

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	21	45,7
Tempo indeterminado	22	47,8
Sem informação	3	6,5
Total	46	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Caráter das greves

Itens de caráter defensivo estiveram presentes em 74% das pautas de reivindicação, relacionados especialmente à manutenção de condições vigentes (70%).

TABELA 24
Caráter das greves nas empresas estatais – Brasil, 2024

Caráter	Greves (46)	
	nº	%
Propositivas	22	47,8
Defensivas	34	73,9
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	32	69,6
<i>Descumprimento de direitos</i>	3	6,5
Protesto	5	10,9
Solidariedade	1	2,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Os trabalhadores das estatais reivindicaram principalmente o reajuste dos salários – item presente em 37% de suas mobilizações.

Também expressaram preocupação com as condições de trabalho (28%) e do local em que é exercido (26%).

TABELA 25
Principais reivindicações das greves nas empresas estatais – Brasil, 2024

Reivindicação	Greves (46)	
	nº	%
Reajuste salarial	17	37,0
Condições de trabalho	13	28,3
Local de trabalho	12	26,1
Alimentação	8	17,4
Assistência médica	7	15,2
Condições de segurança	7	15,2
Contratação	7	15,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves na esfera privada

Greves e horas paradas

Em 2024, o SAG-DIEESE registrou 440 greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada, que contabilizaram mais de 10 mil horas paradas. As greves ocorridas no setor de serviços corresponderam a 64% dessas mobilizações e a 62% das horas paradas.

TABELA 26
Greves e horas paradas na esfera privada – Brasil, 2024

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Comércio	4	0,9	40	0,4
Indústria	153	34,8	4.029	37,8
Serviços	281	63,9	6.555	61,5
Rural	0	0,0	0	0,0
Multisetorial	2	0,5	32	0,3
Total	440	100	10.656	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Duração

Das greves promovidas nas empresas privadas, 66% foram encerradas no mesmo dia de sua deflagração e 5% alongaram-se por mais de 10 dias.

TABELA 27
Distribuição das greves na esfera privada por duração - Brasil, 2024

Dias de paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	289	65,7	65,7
2 a 5	95	21,6	87,3
6 a 10	33	7,5	94,8
11 a 20	14	3,2	98,0
21 a 30	6	1,4	99,3
31 a 40	1	0,2	99,5
Mais de 41	2	0,5	100,0
TOTAL	440	100	-

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE). Nota: (1) dias corridos

Greves de advertência

Paralisações de advertência constituíram 30% do total das mobilizações na esfera privada. As greves por tempo indeterminado foram predominantes (65%).

TABELA 28
Tática das greves na esfera privada – Brasil, 2024

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	133	30,2
Tempo indeterminado	285	64,8
Sem informação	22	5,0
Total	440	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Abrangência

Na esfera privada, 92% das greves foram organizadas no âmbito das empresas.

TABELA 29
Abrangência das greves na esfera privada – Brasil, 2024

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	34	7,7
Empresa/unidade	406	92,3
Total	440	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Caráter das greves

Na pauta reivindicatória de 86% dessas greves estiveram presentes itens de caráter defensivo – relacionados, na maioria dos casos, ao descumprimento de direitos (59%).

TABELA 30
Caráter das greves na esfera privada – Brasil, 2024

Caráter	Greves (440)	
	nº	%
Propositivas	114	25,9
Defensivas	377	85,7
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	187	42,5
<i>Descumprimento de direitos</i>	260	59,1
Protesto	17	3,9
Solidariedade	1	0,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

A exigência da regularização de salários em atraso foi o item mais frequente na pauta das mobilizações (41%). Outros pontos – relativos à alimentação (33%) e ao reajuste salarial (20%) – também estiveram em destaque.

TABELA 31
Principais reivindicações das greves na esfera privada – Brasil, 2024

Reivindicação	Greves (440)	
	nº	%
Pagamento de salários em atraso	180	40,9
Alimentação	147	33,4
Reajuste salarial	88	20,0
Condições de trabalho	61	13,9

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas reivindicações

Análises setoriais das greves na esfera privada

Indústria privada

Na indústria ocorreram 153 greves. A maioria delas (59, ou 39%) foi deflagrada por metalúrgicos. Os trabalhadores da construção também promoveram um grande número de mobilizações (52, ou 34%).

Itens defensivos foram os mais frequentes na pauta das mobilizações na indústria privada (78%) – com preponderância de questões ligadas à manutenção das condições vigentes (55%).

TABELA 32
Caráter das greves na indústria privada – Brasil, 2024

Caráter	Greves (153)	
	nº	%
Propositivas	74	48,4
Defensivas	119	77,8
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	84	54,9
<i>Descumprimento de direitos</i>	58	37,9
Protesto	0	0,0
Solidariedade	1	0,7

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Demandas relacionadas à alimentação constituíram a principal reivindicação das greves (41%). O reajuste salarial (31%) e a Participação nos Lucros e/ou Resultados (23%) vieram a seguir.

TABELA 33
Principais reivindicações das greves na indústria privada – Brasil, 2024

Reivindicação	Greves (153)	
	nº	%
Alimentação	63	41,2
Reajuste salarial	48	31,4
PLR - Participação nos Lucros e/ou Resultados	35	22,9
Assistência médica	27	17,6
Pagamento de salários em atraso	27	17,6

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Serviços privados

O setor de serviços registrou 281 greves, com destaque para os trabalhadores do turismo e hospitalidade (categoria que envolve, em grande parte, empregados em atividades de asseio e conservação, preparo de refeições coletivas, além de recepção, portaria e serviços gerais) que deflagraram 95 greves (34%) e para os trabalhadores do transportes, com 89 paralisações (32%).

Itens de caráter defensivo estiveram presentes em 90% das mobilizações – uma participação notável –, com preponderância das reivindicações contra o descumprimento de direitos (70%).

TABELA 34
Caráter das greves nos serviços privados – Brasil, 2024

Caráter	Greves (281)	
	nº	%
Propositivas	37	13,2
Defensivas	253	90,0
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	99	35,2
<i>Descumprimento de direitos</i>	198	70,5
Protesto	17	6,0
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Mais da metade das mobilizações (54%) trouxe em sua pauta a exigência da regularização de salários em atraso – o que é, de novo, notável. Itens relacionados à alimentação ocuparam o segundo lugar de importância, presentes em 28% das pautas.

TABELA 35
Principais reivindicações das greves nos serviços privados – Brasil, 2024

Reivindicação	Greves (281)	
	nº	%
Pagamento de salário em atraso	151	53,7
Alimentação	80	28,5
Condições de trabalho	41	14,6
Reajuste salarial	37	13,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

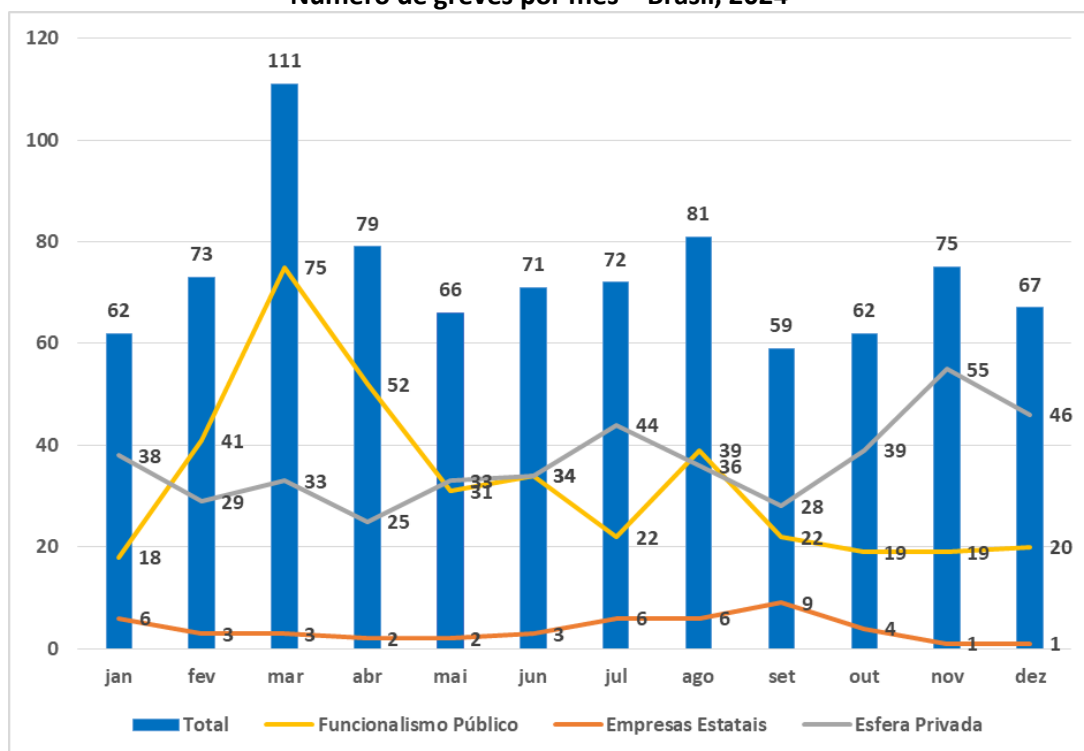
Considerações Finais

Evolução mensal das greves

A comparação entre as informações mensais das categorias de trabalhadores em greve (Gráfico 1) e das questões que as mobilizaram (Gráfico 2) revelou que, *grosso modo*, é possível identificar a existência de três momentos com diferentes configurações.

No início do ano, a curva formada pelas greves no funcionalismo público – de 18 casos em janeiro até 75 em março, e depois 31 em maio – expressiu-se também no aumento da frequência, e depois diminuição, das reivindicações mais características dessa categoria: a demanda por reajustes salariais e por melhores condições de trabalho.

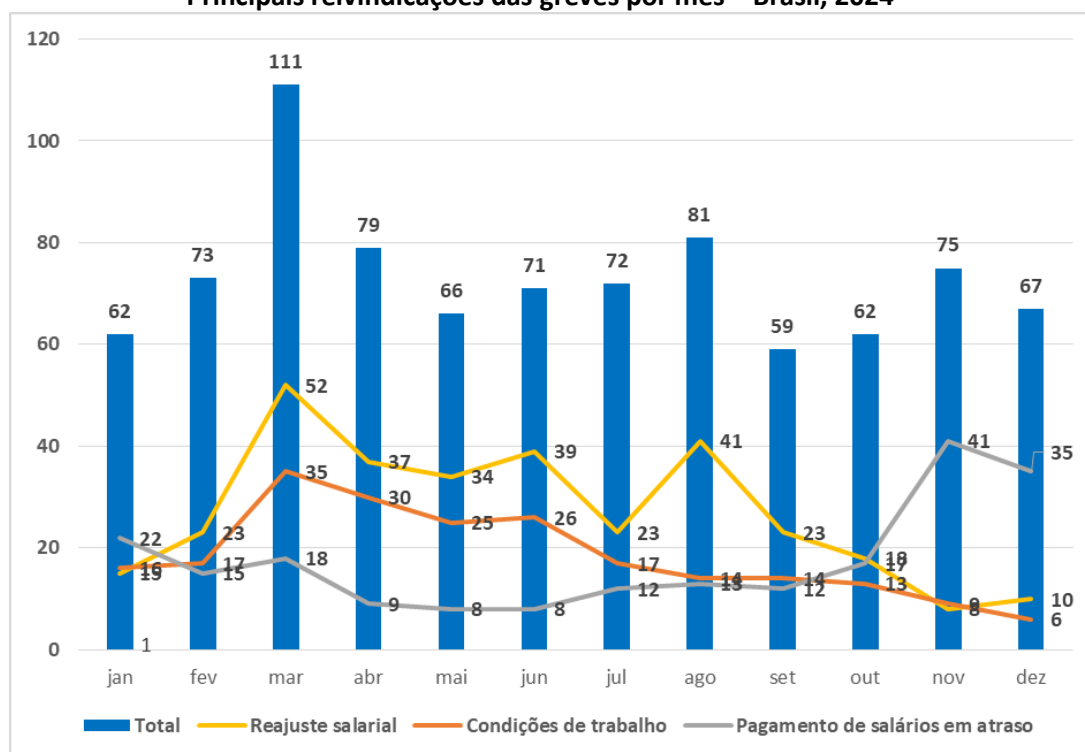
GRÁFICO 1
Número de greves por mês – Brasil, 2024



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

GRÁFICO 2

Principais reivindicações das greves por mês – Brasil, 2024



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

O declínio acentuado dessas mobilizações, nesse primeiro momento, pode ser explicado pelo fato de que, nos municípios – nível administrativo em que habitualmente se deflagra a maior porção de greves – houve eleições em 2024. E a legislação proíbe que, nos 180 dias anteriores ao pleito, sejam concedidos aumentos salariais maiores que a reposição inflacionária dos últimos 12 meses. Na prática, isso significa que, após o dia cinco de abril, greves que, nos municípios, exigissem a correção da inflação acumulada nos últimos anos (mais de um, como costuma ocorrer) estariam fora da lei. E, de fato, tais greves deixaram de acontecer.

A diminuição brusca na deflagração de greves entre o funcionalismo público – novamente, agora de junho a julho – conforma um segundo momento. Às questões de legislação eleitoral juntou-se o fim do semestre letivo e o recesso escolar nas redes de educação de todos os níveis administrativos. Nesses dois meses, a redução das mobilizações expressou-se, no gráfico das reivindicações das greves, em uma baixa notável nos números das demandas por reajuste salarial. Além disso, esse interlúdio ressalta fortemente a importância do protesto dos trabalhadores da educação. Em agosto, inversamente, durante o retorno às salas de aula, houve um crescimento no número total de greves, no número de greves no funcionalismo público e na participação da reivindicação por reajuste de salários.

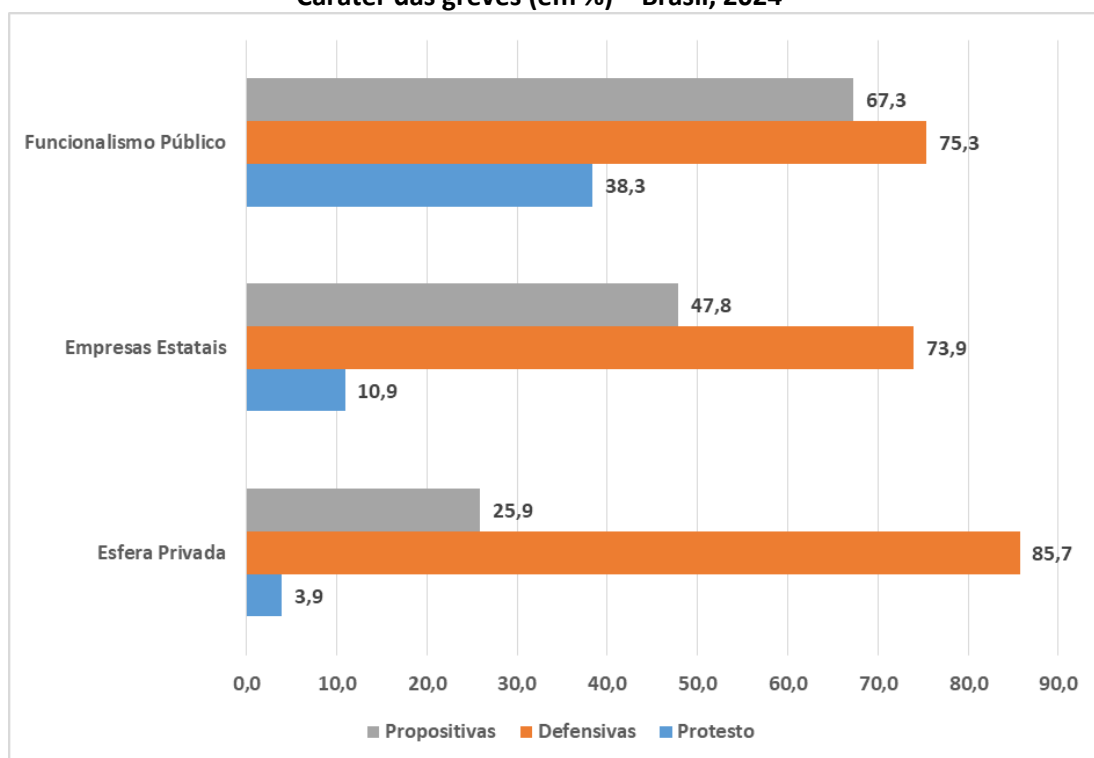
Por fim, em um terceiro momento, a partir de setembro e à medida que os meses finais do ano se aproximam (com consequências que, inclusive, costumam alongar-se até o início do ano seguinte) o número das mobilizações na esfera privada vai aumentando em compasso com a intensificação, na pauta grevista, da reivindicação por pagamentos de salários em atraso.

Não se trata mais, nesse terceiro momento, de um avanço das greves do funcionalismo público (como de janeiro a maio) e nem do recuo das greves na Educação (de junho a agosto), mas, principalmente, do aumento da mobilização de trabalhadores de empresas que atuam como concessionárias de serviços públicos (coleta de resíduos, transporte coletivo) ou como terceirizadas dentro de unidades onde esses serviços são prestados (asseio e conservação, refeições coletivas, portaria e recepção). Deflagrados ao longo de todo o ano, esses protestos alcançaram sua maior frequência em novembro, quando tais empresas passam a transferir mais frequentemente aos seus empregados os resultados de suas dificuldades – e, muitas vezes, irregularidades – financeiras. E precisamente no momento em que também surgem obrigações sazonais, como o pagamento do décimo terceiro salário.

A pauta das greves

Na esfera privada, a pauta grevista foi mais homogênea: basicamente defensiva (86%), o caráter propositivo teve aí sua menor participação (4%). Entre os funcionários públicos, por sua vez, essa pauta foi bem mais heterogênea. Se a frequência das demandas defensivas (75%) não destoou muito das outras categorias (75%), demandas propositivas (67%) e principalmente o protesto político (38%) estiveram muito mais presentes.

GRÁFICO 3
Caráter das greves (em %) – Brasil, 2024



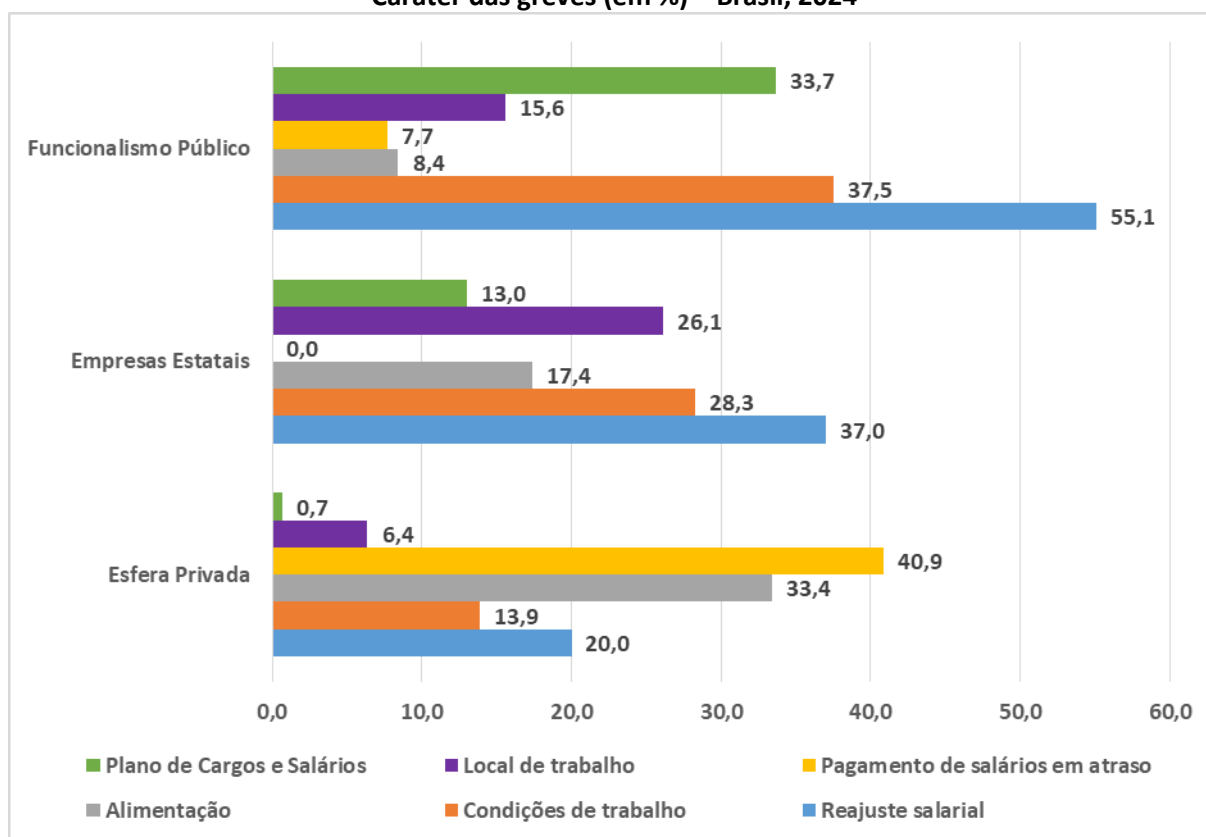
Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

A diversidade dos itens reivindicatórios que compuseram as pautas das greves em diferentes categorias torna-se visível quando são dispostos lado a lado (Gráfico 4).

No funcionalismo público, a demanda por reajuste salarial foi predominante (55%) – o que não chega a ser surpreendente, dada sua importância também em outras categorias: ocupou, da mesma forma, o lugar de maior frequência nas empresas estatais (37%) e, na esfera privada, a terceira posição (20%).

A reivindicação por melhores condições de trabalho (ou contra a sua deterioração) costuma estar em destaque na pauta grevista tanto dos trabalhadores do funcionalismo público (38%) quanto dos trabalhadores das empresas estatais (28%) – ocupou a segunda posição de importância em ambas as categorias.

GRÁFICO 4
Caráter das greves (em %) – Brasil, 2024



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Na esfera privada, a reivindicação pela regularização dos salários em atraso tem uma impressionante participação de 41% na pauta grevista. Essa demanda está ausente entre os trabalhadores das empresas estatais e, no funcionalismo público, foi mencionada em apenas 8% das greves. Também característica da esfera privada é a importância atribuída às demandas relativas à alimentação (33%). Esse item está também presente nas outras categorias, mas de maneira bem mais relativizada: em 17% dos itens da pauta dos trabalhadores das estatais e em 8% dos itens da pauta dos funcionários públicos.

As greves nos últimos anos

Recentemente, mais da metade das greves da esfera privada – 59% em 2022 e 58% em 2023 – envolveu trabalhadores terceirizados de empresas *que atuam dentro do serviço público* (enfermagem, porteiros, recepcionistas, trabalhadores da limpeza, das lavanderias, das cozinhas, dos serviços gerais) ou então trabalhadores que atuam em empresas *responsáveis por desempenhar diretamente, por meio de contratos de concessão, a prestação de um serviço público* (transporte coletivo, varrição e coleta de lixo).

O conjunto de argumentos muitas vezes utilizado como justificativa na promoção de terceirizações e privatizações – o de que essa mudança no tipo de gestão significaria, entre outras coisas, um serviço público ao mesmo tempo menos dispendioso em sua manutenção, de melhor qualidade em seu fornecimento *e, especialmente, sem greves em sua operação* – não se sustenta por diversos motivos. No que se relaciona ao protesto dos trabalhadores, uma vez modificada a forma de contratação, as greves continuam. Não mais funcionários públicos estatutários ou contratados por estatais, os agora trabalhadores celetistas privados (ou mesmo pejetizados, ou de plataformas) não deixam de se mobilizar.

É preciso que se qualifique essas mobilizações, extraíndo delas os seus significados. Em grande parte, sequer reivindicam reajuste salarial – são protestos deflagrados em situações-limite de atrasos cumulativos e recorrentes na remuneração (51% em 2022; 57% em 2023¹). Não mencionando a frequência das denúncias de jornadas excessivas, ausência de condições adequadas para o exercício do trabalho e não cumprimento de protocolos de segurança. Em si mesmas, *constituem uma grave denúncia da precarização e queda da qualidade do serviço público prestado*.

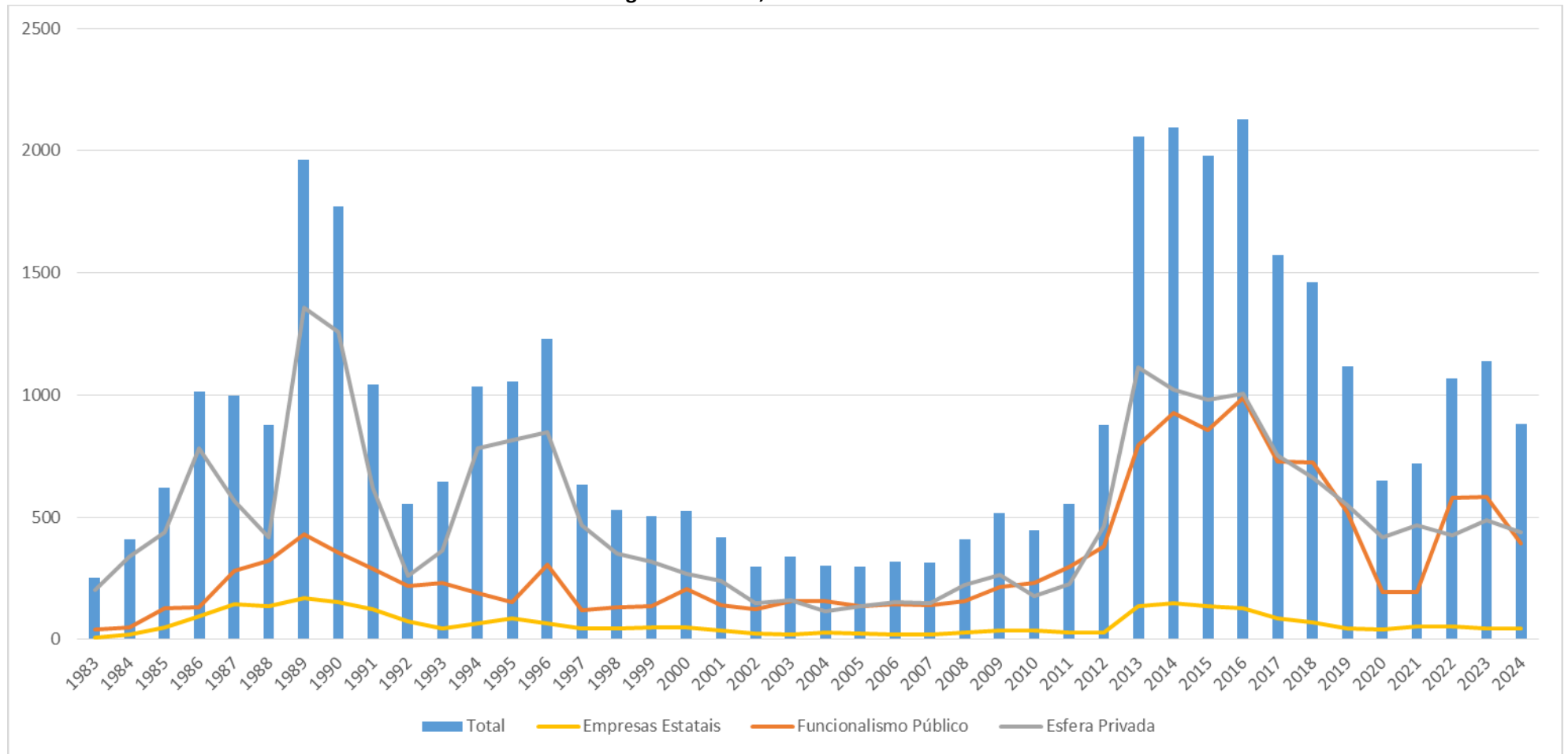
O ano de 2024 diverge dos anteriores pelo recuo das mobilizações deflagradas por servidores públicos (o que se explica essencialmente por questões relacionadas à legislação eleitoral). Porém, quando se trata de paralisações de empregados de empresas privadas que, como terceirizadas ou concessionárias, estão ligadas ao orçamento público, esse ano permanece em notável continuidade com o passado recente – mais da metade das greves na esfera privada (231, ou 53%) envolveu trabalhadores contratados por tais empresas. E em mais da metade dessas greves (139, ou 60%) havia, na pauta de reivindicação, a exigência de regularização de salários, férias ou 13º em atraso.

Um olhar global sobre as manifestações de trabalhadores realizadas nos últimos anos encontra um padrão: *grande parte das greves passou a ter o orçamento público como campo de disputa*. Mais ainda, esta disputa – em que estão em jogo projetos muito divergentes de sociedade, especialmente na maneira em que os direitos do trabalho e da cidadania são concebidos – tem sido feita *de forma dispersa, sem grande visibilidade, precisamente pelos trabalhadores, em sua maioria, de menor remuneração, de menor qualificação profissional e mais sujeitos às arbitrariedades das chefias*.

¹ O percentual considera exclusivamente as greves de trabalhadores de empresas privadas terceirizadas/concessionárias que operam no serviço público.

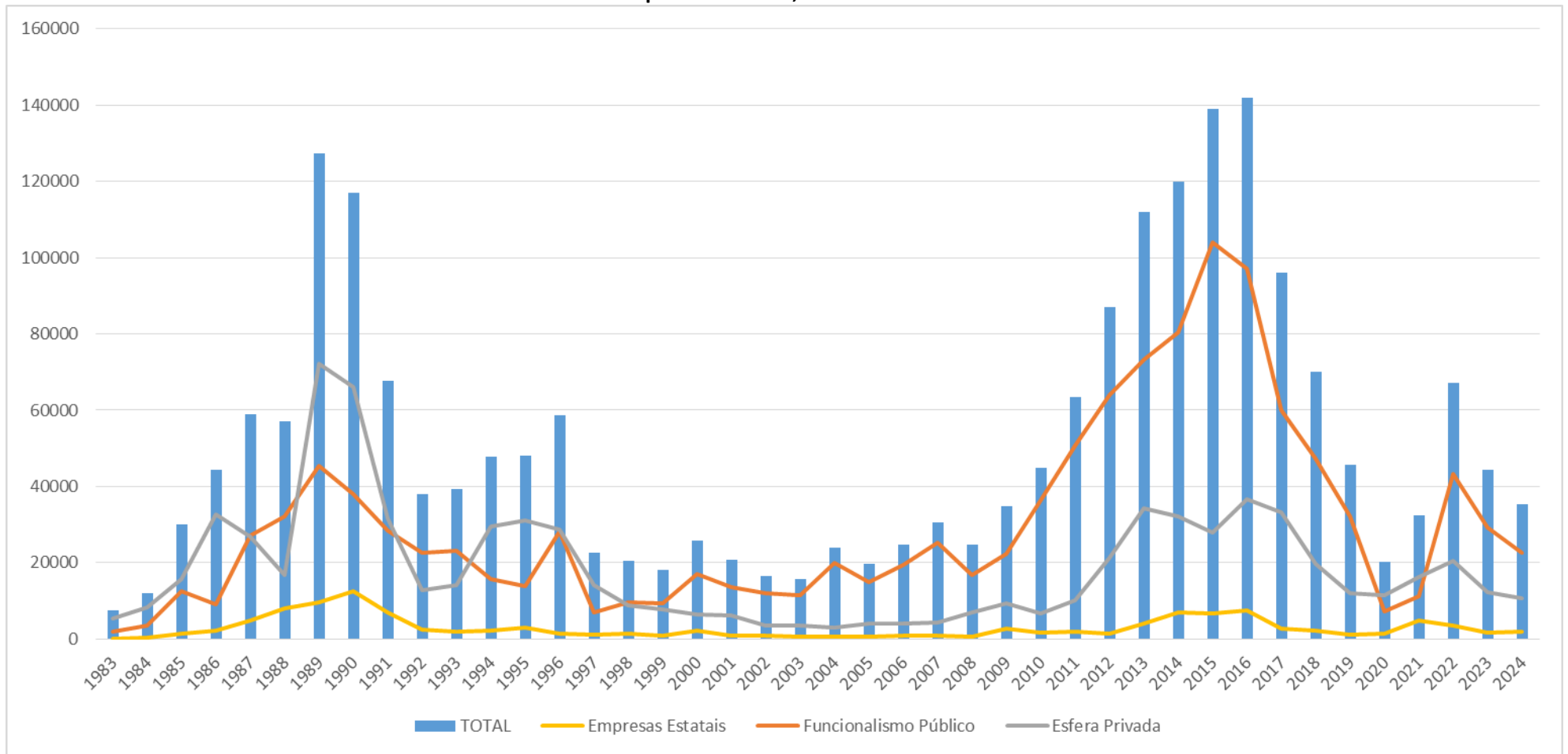
Há qualquer coisa de paradoxal quando o conflito social acionado através do recurso à greve, e que se abre para tamanho horizonte de possibilidades, esteja em parte considerável, neste momento, precisamente nas mãos dos mais fragilizados entre os que trabalham. Quase sem qualquer tipo de alarde.

GRÁFICO 5
Número de greves - Brasil, de 1983 a 2024



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

GRÁFICO 6
Número de horas paradas - Brasil, de 1983 a 2024



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Vice-presidente – Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Diretor Executivo – Edenilson Rossato

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva – Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe técnica

Rodrigo Linhares

Ricardo Tamashiro (Revisão)